

OS CAMINHOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

LIZY MANAYRA SANTOS OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

PAULO VICTOR CORESMA MENEZES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

FABRICIO ERICK SANTOS DE SOUSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

OS CAMINHOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

1 INTRODUÇÃO

A questão da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no contexto urbano e educacional tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas no Brasil, principalmente devido à promulgação de legislações específicas que visam assegurar direitos e promover a igualdade. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 5.296/2004 são exemplos emblemáticos dessa tendência, estabelecendo parâmetros para a construção de uma sociedade mais inclusiva (BRASIL, 2015; BRASIL, 2004).

Estes documentos legais sublinham a importância da eliminação de barreiras físicas e atitudinais, enfatizando a necessidade de garantir a acessibilidade em espaços urbanos e instituições educacionais. Quanto à existência de barreiras na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, percebe-se uma necessidade de ampliação da discussão diante da complexidade e da importância de avançar nessas temáticas no âmbito social. Embora exista alguns avanços na conscientização, ainda há diversas barreiras enfrentadas por esses indivíduos.

As barreiras relacionadas à vida das pessoas com deficiência são classificadas em seis tipos: as barreiras urbanísticas, existentes em vias e espaços de uso coletivo; as arquitetônicas, encontradas em edifícios; aquelas presentes nos meios de transportes; as de comunicação e informação; as atitudinais, que dizem respeito a atitudes e comportamentos; e as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015).

Para Porte, Rocha e Pereira (2022), as barreiras mais estudada são as de comunicação e informação utilizada. Os autores observaram que a menos evidenciada nos estudos é a barreira de transporte, permitindo, dessa forma, a sua exploração em pesquisas futuras. Assim, o presente estudo pretende explorar esse tema ainda pouco evidenciado na literatura. Adicionalmente, as barreiras urbanísticas e arquitetônicas também são evidenciadas no presente, diante da necessidade de transitar nas vias, nos espaços de uso coletivo e nos edifícios.

Em relação aos meio de transporte, Porte, Rocha e Pereira (2022) destacam que é fundamental que estudantes com deficiência possam locomover-se com maior facilidade. No entanto, geralmente, essas pessoas enfrentam obstáculos que dificultam ou impossibilitam a sua locomoção dentro ou em direção às instituições de ensino. Assim, este trabalho possui como objetivo analisar as barreiras de locomoção enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ensino superior.

A partir da pesquisa, é possível compreender o contexto de locomoção dos estudantes com deficiência dentro ou em direção às instituições de ensino. A pesquisa foi realizada com discentes da Universidade Federal do Ceará, campus Benfica. A Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) é utilizada como fonte de embasamento teórico (Brasil, 2015). O objetivo da legislação é promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Um dos pontos importantes a serem estudados nesta lei é o que aborda a necessidade de existir políticas públicas que proporcionem maior acessibilidade em todos os espaços públicos.

A metodologia empregada nesta pesquisa se caracteriza pelo seu enfoque qualitativo, visando uma compreensão detalhada das experiências e percepções dos alunos com deficiência sobre as condições de locomoção dentro das instituições ou em direção às instituições de ensino. Assim, é possível compreender as principais barreiras de locomoção dos estudantes com deficiência da Universidade Federal do Ceará, Campus Benfica.

O estudo espera ampliar a conscientização a respeito da necessidade em garantir condições apropriadas de transporte para pessoas com deficiência na conjuntura educacional, bem como uma forma de contribuição para a reformulação de políticas públicas e práticas inclusivas que promovam a equidade de perspectivas no ensino superior. A pesquisa propõe-se a entender a fundo as experiências e as opiniões desses alunos, visando também identificar possíveis melhorias nas políticas públicas de acessibilidade.

2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Historicamente, a trajetória da pessoa com deficiência foi marcada pela exclusão e discriminação. Consideradas anomalias sociais, essas pessoas eram tratadas como indivíduos a serem eliminados, uma vez que não seguiam padrões estéticos e comportamentais em consonância com as normas sociais (Brigida; Limeira, 2020).

Atualmente, a legislação brasileira tem se desenvolvido no sentido de promover a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência, estabelecendo diretrizes e parâmetros técnicos que visam garantir a igualdade de direitos e as liberdades fundamentais. Neste contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) surge como um marco legal importante, assegurando o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência e garantindo a inclusão social e a cidadania (Brasil, 2015).

Essa legislação enfatiza a importância da acessibilidade como um direito fundamental que permite à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar ativamente na sociedade (Brasil, 2015, art. 46). Essa legislação define barreira como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”.

Além disso, as barreiras relacionadas à vida das pessoas com deficiência são classificadas em seis tipos: as barreiras urbanísticas, existentes em vias e espaços de uso coletivo; as arquitetônicas, encontradas em edifícios; aquelas presentes nos meios de transportes; as de comunicação e informação; as atitudinais, que dizem respeito a atitudes e comportamentos; e as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015).

De maneira complementar, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, especifica os critérios e os parâmetros técnicos de acessibilidade que devem ser observados nas edificações, garantindo o acesso seguro e independente de pessoas com deficiência (Brasil, 2004). Além disso, este decreto estabelece que os serviços de transporte coletivo devem assegurar a acessibilidade por meio de adaptações necessárias (BRASIL, 2004), sublinhando a necessidade de estruturas e de serviços inclusivos que facilitam a mobilidade e a participação social.

A NBR9050:2020, norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas, reforça esses princípios ao afirmar que todos os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos devem ser projetados e construídos para serem acessíveis a todos, garantindo a inclusão e a participação plena na sociedade (Associação Brasileira De Normas Técnicas, 2020). Esta norma estabelece, por exemplo, que as calçadas devem ser acessíveis, seguras e confortáveis para a circulação de pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020).

Adicionalmente, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina a criação de meios de acesso que permitam a utilização segura e autônoma dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência (BRASIL, 2000).

Essa lei também promove a eliminação de barreiras na comunicação e estabelece mecanismos que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização, assegurando o direito de acesso a informação e comunicação (Brasil, 2000).

Através dessas legislações, percebe-se uma base legal sólida para a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que impedem a plena participação desses indivíduos na sociedade. No contexto educacional, garantir o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior deve ser premissa de todo projeto educacional que se pense inclusivo. Tendo em vista a importância das instituições de ensino superior para a eliminação/minimização das barreiras na estrutura física e social na trajetória da vida dos universitários, percebe-se que as melhorias promovidas pela acessibilidade contribuem diretamente para o aumento de matrículas de estudantes com deficiência nas universidades e a permanência dos discentes nessas instituições. Além disso, as ações de políticas inclusivas no ensino superior precisam ser pautadas nas narrativas dos estudantes com deficiência. As vozes científicas regionais, econômicas e sociais devem orientar a contextualizar o sujeito. Nesse sentido, as narrativas de um estudante com deficiência da região sul são diferentes de um estudante de outras regiões (Brigida; Limeira, 2020).

As pessoas com deficiência ainda enfrentam consideráveis desafios de mobilidade urbana e arquitetônica. A experiência em espaços urbanos muitas vezes é prejudicada pela inadequação da infraestrutura existente, exemplificada pela dificuldade em transitar em áreas com pavimentação inadequada. É evidente a urgência em repensar o desenho urbano para incluir as necessidades de todos os cidadãos, apontando para uma necessidade de adaptação e conscientização que transcende a infraestrutura física, alcançando a esfera da atitude e do comportamento tanto de provedores de serviço quanto dos cidadãos. O direito à acessibilidade e à mobilidade urbana reflete-se em oportunidades de inclusão e cidadania, realização profissional e acesso à saúde e educação (ITTI - UFPR, 2023).

A falta de manutenção dos veículos de transporte público, por exemplo, ocasiona o mal funcionamento do ônibus adaptado e deixa muitas pessoas sem a possibilidade de acessar a cidade. Há também falta de concordância entre as leis, no âmbito nacional e municipal, no seu cumprimento e fiscalização para que a mobilidade e o acesso sejam efetivos. A solução para superar as questões de mobilidade e acessibilidade entre as pessoas com deficiência está no respeito, no conhecimento e na informação sobre a realidade desta parcela da população (ITTI - UFPR, 2023).

Um efetivo processo de acesso e inclusão no ensino superior não é possível se não for considerado um processo inclusivo no ensino básico, já que o acesso aos conhecimentos sistêmicos é um direito. No entanto, percebe-se que, na prática, a permanência no ensino superior ainda é um desafio (Brigida; Limeira, 2020).

O ensino inclusivo não se esgota em matricular o aluno com deficiência, sendo necessário investir e ofertar apoio assistido, como também obter docentes especializados em educação inclusiva. Somente por meio dessas ações é possível uma sociedade mais justa, na qual as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de ocupar cargos, serem enxergadas socialmente e terem autonomia nas suas escolhas, abrindo espaços para discussões relacionadas à igualdade para todos e respeito aos diferentes (Batista; Vivas; Nunes, 2022).

3 METODOLOGIA

Nesta seção, a metodologia para a realização do trabalho é definida, considerando a tipologia e a estratégia de pesquisa, os meios utilizados, os métodos escolhidos para coleta de dados e, por fim, a forma como a análise dos dados foi realizada.

Quanto à abordagem, realiza-se uma pesquisa qualitativa para se entender de maneira profunda o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência

do Campus Benfica da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa com abordagem qualitativa é considerada uma abordagem naturalista, que busca entender fenômenos dentro de seus próprios contextos específicos. Além disso, o caráter participativo da pesquisa qualitativa é imprescindível nesta pesquisa, visto que os estudantes podem interagir diretamente com os pesquisadores que, conforme cada situação, conseguem maior ou menor controle sobre o objeto de estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, visto que a finalidade do estudo é descrever as características de grupos específicos (Mattar, 1994). Logo, neste estudo, foram descritas as dificuldades e barreiras, a percepção sobre as ações governamentais, as percepções sobre as ações da universidade e as necessidades de adaptações urbanas prioritárias.

O tamanho ou número de observações na pesquisa qualitativa é definido de acordo com o critério do ponto de saturação, ou seja, quando as observações deixam de ser necessárias pois não há novo elemento para ampliar o número de propriedades do objeto investigado (Thiry-Cherques, 2009). Diante do apresentado, os sujeitos da pesquisa são compostos por um grupo de 8 estudantes com deficiência, escolhidos de acordo com o critério de acessibilidade dentre alunos do Campus Benfica da Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Curso	transporte utilizado	Deficiência
E1	22	Ciências Contábeis	ônibus	física
E2	23	história	ônibus	visual
E3	19	pedagogia	ônibus/metrô	visual
E4	23	Ciências econômicas	ônibus	monocular
E5	28	História	ônibus	baixa visão
E6	19	pedagogia	ônibus/metrô	visual
E7	26	Jornalismo	ônibus	visual/física
E8	24	Pedagogia	metro	visual

Fonte: elaborado pelos autores.

Eles foram consultados inicialmente via telefone ou WhatsApp. Nesse primeiro contato, disponibilizou-se informações iniciais do objetivo da pesquisa, a fim de que os estudantes pudessem compreender como se daria sua participação, bem como elucidar o propósito deste estudo.

Para o desenvolvimento deste estudo, as informações foram colhidas através de um roteiro semiestruturado que investigava, dentre outras questões, as informações referentes às barreiras de transporte para estudantes com deficiência no Ensino Superior, conforme apresentado no Quadro 2. O roteiro foi criado a partir da legislação, principalmente a partir da Lei N° 13.146/2015 (Brasil, 2015).

Quadro 7 – Roteiro semiestruturado

QUESTÃO DO INSTRUMENTO COLETA
1.Nome 2.Idade 3. Curso 4. Meio de locomoção habitual para universidade 5. Possui auxílio de alguma pessoa para locomoção 6. Renda familiar média por pessoa: 7. Bairro/cidade:
1. O discente percebe dificuldades/ barreiras de transporte para locomoção até a universidade? 2. Qual a principal dificuldade do discente em relação às barreiras de transporte para locomoção até a universidade? 3. Como são consideradas as ações do Governo para a inclusão dos alunos com deficiência e diminuição de possíveis barreiras? 4. Percebe intervenções/iniciativas da universidade para minimizar barreiras de transporte? 5. Há percepção de ações da universidade com os governos para diminuição de possíveis barreiras? 6. Você considera que a cidade está preparada para receber o aluno com deficiência? 7. Quais as principais adaptações que você considera necessárias? 8. Existe mais alguma informação que deseja informar?

Fonte: elaborado pelos autores.

Antes de iniciar a entrevista, os estudantes responderam a algumas questões referentes aos dados pessoais, a fim de se fazerem as devidas conexões com as demais perguntas. Ressalta-se que foi realizado um pré-teste com um estudante para verificar a coerência com os elementos da pesquisa, bem como a necessidade de adequações. Após essa etapa, a ordem de algumas perguntas foi modificada, mas não foi identificada a necessidade de exclusão de nenhuma pergunta. Logo, essa entrevistada foi considerada para a análise de dados final deste estudo.

A pesquisa foi realizada de forma *online*, por meio da ferramenta *google meet*, no período de julho e agosto de 2023. Foi solicitado aos participantes a permissão de gravação das entrevistas concedidas para transcrições literais e análises posteriores. Com a concessão autorizada, as entrevistas foram gravadas por meio de aparelho *smartphone*.

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa por meio da análise de conteúdo, pois ela permite a tabulação, codificação e interpretação de forma estruturada e sequencial. Para tanto, utiliza-se o software ATLAS.ti 7 para organização e categorização das entrevistas, bem como criação das categorias analíticas e unidades de registro. Com base na análise do conteúdo das entrevistas, foram definidas as seguintes categorias de análise: dificuldade e barreiras, a percepção sobre as ações governamentais, as percepções sobre as ações da universidade e as adaptações prioritárias.

4 RESULTADOS

A inclusão de pessoas com deficiência em ambientes educacionais e urbanos é um tema de crescente importância no Brasil, impulsionada por uma legislação robusta que visa garantir a igualdade de direitos e acessibilidade. Apesar dos avanços legais, como descritos por Brígida e Limeira (2020), a realidade vivida por estudantes com deficiência pode ainda refletir uma aplicação inconsistente destas normativas. A Universidade Federal do Ceará pode ser um cenário ilustrativo das lacunas entre a legislação e a prática, revelando desafios específicos no que tange às condições de locomoção. Diante desse contexto, a análise dos resultados busca identificar e discutir as barreiras dos estudantes, ilustrando como elas impactam o dia a dia acadêmico e a mobilidade, apesar das garantias legais de acessibilidade e de inclusão. A seção está estruturada em quatro subseções: dificuldades e barreiras; ações governamentais; ações da universidade; e adaptações prioritárias.

4.1 Dificuldade e barreiras

Essa primeira subseção apresenta os resultados da pesquisa quanto aos principais aspectos de dificuldade na locomoção para acesso aos ambientes acadêmicos. Foi percebido que os alunos com deficiência enfrentam dificuldades diante da ausência de acessibilidade e de infraestrutura nas ruas e nas calçadas da Cidade de Fortaleza. Além disso, foi identificando também desafios no transporte público inadequado. A ausência de rampas, buracos nas calçadas e falta de sinalizações sonoras dificultam a locomoção e aumentam riscos de acidentes. Além disso, a dependência das pessoas para auxiliar ao atravessar ruas e no acesso aos ônibus é um problema bastante recorrente. Conforme a entrevistada E1, muitos problemas existem na área do campus Benfica, como “acessos calçadas ruins e a parte do trânsito, medo de carros”.

Foi ressaltado também que, inúmeras vezes, as paradas de ônibus são mal posicionadas, tornando-se difícil identificar o veículo correto. A falta de informação em relação aos horários dos ônibus também pode ocasionar atrasos e frustrações para os estudantes. A insegurança de confiar na ajuda de desconhecidos e a necessidade de contar com a boa ação das pessoas presentes nas paradas de ônibus e nos terminais são outras dificuldades relatadas pelos alunos com deficiência. O entrevistado E2 relata a dificuldade de chegar até os locais de parada de ônibus: “é muito ruim porque você tem que atravessar, é uma reta muito maluca, às vezes eu passo por 3 ou 4 pessoas diferentes, galera tá passando ‘ah, leva ele até aqui’ às vezes eu encontro uma pessoa de um curso lá da faculdade que possa me levar até o final”.

A falta de acessibilidade nos transportes públicos, como elevadores quebrados, também contribui para a problemática, sendo necessário implementar mais transportes públicos adaptados. A lotação é outra barreira, já que não é possível entrar nos ônibus lotados. Assim, é preciso mais ônibus circulando, segundo o relato dos entrevistados, visando distribuir melhor a quantidade de pessoas por veículo e garantir mais facilidade os alunos com deficiência. Esse ponto é identificado pelos alunos como grande dificuldade, conforme relato do E3: “a frota de ônibus é muito pouco sabe, seria necessário mais transporte público para que não fosse tão lotado né, e pudesse ser melhor repartido a quantidade de pessoas por transporte para que houvesse mais facilidade pra gente chegar no horário sabe”.

A falta de consciência das pessoas sobre lugares preferenciais nos transportes públicos, mesmo quando exigido por lei, dificultam ainda mais a mobilidade. Todas essas questões tratadas impactam diretamente na qualidade de vida e restringem as oportunidades de trabalho, educação e lazer para esse grupo.

Além disso, foram mencionadas algumas problemáticas específicas relacionadas à deficiência visual em alunos com baixa visão, como a dificuldade de enxergar bem à noite e a falta de sinalização sonora adequada nos ônibus e nas ruas. Isso pode causar confusão e dificuldade na hora de pegar o ônibus correto e problemas para se locomover com segurança.

Problemas com transportes públicos inviabilizam o acesso dos alunos para conseguir uma locomoção com autonomia. Essa dificuldade dos transportes públicos na cidade ocasiona a necessidade de buscar outros meios alternativos para conseguir chegar no destino, como aponta E1: “às vezes dependendo do horário eu não consigo entrar em alguns ônibus lá na UFC porque literalmente ficam algumas pessoas na escada do ônibus né, então tem horas que você não consegue entrar, eu tenho que pegar outro meio alternativo”. Assim, diversos alunos optem por serviços mais individuais, como, por exemplo, a utilização dos aplicativos de transporte. Porém, o custo elevado desse serviço dificulta a utilização diária.

O estudante em cadeiras de rodas E6 relata que os elevadores dos ônibus são muitos velhos e, às vezes, não funcionam, dificultando o transporte. Assim, o aluno precisa esperar até chegar um ônibus com elevador funcionando, ocasionando atraso e perda de conteúdo das disciplinas. Para o aluno, os aplicativos de transporte são muito caro, ficando inviável o uso rotineiro. E6 relata ainda que “o trajeto até a universidade é um pouco complicado, só melhora

quando chega ali na avenida né, que tem a faixa de ciclista e eu vou pela faixa de ciclista, mas se for pela calçada realmente não dá, muito buraco, falta um pouco de acessibilidade”.

Mesmo com as dificuldades, o entrevistado E7 relata que percebe uma certa evolução, pois antigamente a situação para o aluno com deficiência era bem pior, em questão de estruturada. O aluno relata que as calçadas eram bem piores, tendo observado melhorias também em questão de rampa e piso tátil.

Percebe-se que os transportes e as condições de locomoção não atendem todas as necessidades dos universitários com deficiência, representando ainda um problema de inadequação de acessibilidade na cidade e na universidade.

4.2 Ações governamentais

A colaboração entre a universidade e o governo é vista como essencial para acelerar o progresso nas ações de acessibilidade. O Entrevistado 7 sugeriu: "quanto mais incentivo do Governo a universidade tenha, e quanto mais a universidade enviar pro Governo essas demandas né, mais a gente consegue tem uma resposta mais rápida".

A acessibilidade é uma questão que transcende os limites das instituições. A capacidade de se mover livremente e acessar serviços e oportunidades é um direito básico que todos os cidadãos devem desfrutar, independentemente de suas habilidades físicas ou sensoriais.

A percepção geral é de que as ações governamentais em relação à acessibilidade estão atrasadas e não são suficientemente divulgadas. Conforme relato de E2: "completamente atrasada, burocrática e ineficiente porque os últimos governos não tiveram [...] você não vê uma propaganda, uma ação de divulgação, um projeto nesse sentido". A falta de visibilidade e proatividade nas iniciativas governamentais é uma percepção dos entrevistados.

A infraestrutura da cidade, especialmente as estradas e calçadas, foi um ponto de destaque. A falta de transporte público acessível e as condições precárias das vias públicas foram citadas como barreiras significativas à mobilidade. Para o E2, "o que eu noto pro Governo é que 'eu vou fazer uma coisa pra beneficiar' mas eu vou fazer uma coisa tão complicada, tão desvantajosa que não vale à pena", refletindo a frustração com soluções governamentais que muitas vezes são insuficientes ou mal implementadas.

O E1 destacou a falta de infraestrutura básica na cidade, como sinais sonoros, que são essenciais para a mobilidade segura de pessoas com deficiência visual: "complicado porque essas resoluções vêm de outras pessoas né, eu acho que a nível governamental seria uma questão de sinal sonoro porque infelizmente nem todo lugar tem, ainda". Esta observação sublinha a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas.

A segurança, especialmente em áreas urbanas, também foi mencionada como uma preocupação. "É necessário mais recursos de segurança porque a gente está muito [...] complicado em relação à segurança das pessoas, é necessário que invistam em mais segurança pra gente sabe, estamos vivendo num mundo bastante perigoso" (E3). Esta observação destaca a interseção entre acessibilidade e segurança. Dessa forma, a falta de uma pode exacerbar os riscos da outra.

No entanto, há um reconhecimento da necessidade de colaboração entre diferentes setores da sociedade. "Sim, eu acho que seria possível e acredito que de certa forma né, se a academia ela se juntasse né ao Governo dando sugestões a partir das vivências dos alunos com deficiência é, seria uma parceria excelente", sugeriu o entrevistado 7.

Em conclusão, os comentários dos entrevistados sobre as ações governamentais em relação à acessibilidade revelam uma série de desafios. Eles sublinham a necessidade de políticas públicas mais eficazes, adequações de infraestrutura adequada e uma abordagem mais colaborativa para garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades, possam exercer plenamente seu direito de ir e vir no ambiente urbano.

4.3 Ações da universidade

Enquanto a UFC fez esforços para melhorar a acessibilidade para seus estudantes com deficiência, ainda há um longo caminho a percorrer. Através da escuta ativa e da colaboração contínua, a universidade pode se tornar um modelo de inclusão e acessibilidade. E, ao fazer isso, ela reafirma o direito fundamental de ir e vir para toda a comunidade acadêmica.

Dentro desse contexto, a Universidade Federal do Ceará (UFC) emerge como um microcosmo da sociedade mais ampla. A universidade reflete as diversas realidades e experiências de vida. No entanto, como indicado por vários entrevistados, a UFC ainda tem um longo caminho a percorrer quando se trata de garantir a acessibilidade para todos.

O entrevistado 1 expressou sua percepção sobre a extensão do caminho que ainda precisa ser percorrido, afirmando: "eu acredito que ainda tenha um longo caminho a ser construído né, tanto nos espaços internos assim que o governo tem, por exemplo a universidade, quanto fora mesmo, nas ruas". Esta declaração destaca a dualidade dos desafios enfrentados - aqueles que são específicos para o ambiente universitário e aqueles que se estendem além de seus muros.

A mobilidade dentro do campus é uma preocupação recorrente. Conforme E1, "mesmo dentro da universidade eu tenho dificuldade de me locomover dentro do Centro de Humanidades 1, que é onde eu estudo". Este é um testemunho contundente da necessidade de infraestrutura adequada e design inclusivo dentro das instalações da universidade.

No entanto, a questão vai além da infraestrutura física. É sobre reconhecimento, inclusão e respeito. É sobre garantir que cada indivíduo, independentemente de suas habilidades, tenha a oportunidade de aprender, crescer e contribuir para a comunidade universitária. É sobre criar um ambiente onde a diversidade é celebrada e onde todos têm um senso de pertencimento.

Apesar dos desafios, há sinais de progresso e esforços para melhorar. O entrevistado 3 (E3) observou: "a universidade ela tenta né [...] ela se dispõe a ajudar quando é possível, quando está nos limites né". Esta disposição para ajudar é evidente em iniciativas universitárias, como a designação de um servidor no campus Benfica para ajudar os estudantes com deficiência em suas atividades de locomoção. Essa designação de um servidor para essa atividade ainda está restrita ao campus do Benfica.

4.4 Adaptações prioritárias

É necessário que haja investimentos em infraestrutura acessível e uma maior conscientização para promover a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência na cidade. Surge a necessidade de investimento em infraestrutura, melhorias no piso tátil e acréscimo, em diversos locais, de rampas acessíveis e de iluminação adequada nas calçadas e vias públicas, a fim de garantir a segurança e autonomia dos estudantes.

As condições das vias e a qualidade do transporte público emergem como desafios significativos enfrentados por alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará. A irregularidade das calçadas e das ruas frequentemente complica a locomoção. Os entrevistados acreditam que ainda tenha um caminho muito longo a ser percorrido em termos de acessibilidade, já que as ruas são muito irregulares.

Além disso, a falta de adequação dos serviços de transporte público agrava essas barreiras. A insuficiência de sinalização sonora nos ônibus e a inadequação dos motoristas em atender corretamente os pontos de ônibus deixam os alunos vulneráveis e dependentes de ajuda externa. Os sinais sonoros nos cruzamentos é uma adaptação prioritária apontada por todos os alunos com deficiência visual. Conforme relato de E1, "eu acho que os sinais sonoros, regularizar essa questão dos sinais sonoros em qualquer cruzamento".

A navegação e o deslocamento dentro do campus da Universidade Federal do Ceará apresentam obstáculos notáveis para os alunos com deficiência. A complexidade e extensão dos blocos universitários, juntamente com a falta de sinalização clara, tornam a independência no campus uma tarefa desafiadora. Um estudante expressa sua dificuldade quanto ao deslocamento dentro do próprio bloco, então não consegue andar sozinho para realizar suas atividades da universidade.

A dependência de ajuda, seja de colegas ou de funcionários, é uma constante. Assim, uma adaptação necessária é a ampliação das condições de acessibilidade para promover a independência dos universitários com deficiência. Esse cenário destaca a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura e sinalização para facilitar a locomoção autônoma e segura dos alunos dentro do campus.

Por outro lado, a infraestrutura e a acessibilidade, em locais específicos e altamente frequentados do entorno da universidade, não podem ser aspectos esquecidos. As paradas de ônibus são particularmente problemáticas para alunos com deficiência da Universidade Federal do Ceará. A alta movimentação e o *layout* inadequado desses locais criam barreiras significativas, que não apenas dificultam a locomoção, mas também colocam em risco a segurança dos estudantes.

Além das barreiras físicas, os alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará enfrentam desafios relacionados à comunicação e ao suporte institucional. A falta de informação acessível e a ausência de um suporte consistente por parte da universidade são pontos de preocupação. Essa falta de comunicação adequada amplia as dificuldades diárias, fazendo com que esses alunos dependam excessivamente de auxílio informal. Alunos apontam que conseguem resolver problemas com a ajuda de amigos porque o suporte oficial é muito demorado ou inexistente, destacando outro importante ponto de melhoria.

Outro aspecto crucial para a inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará é a adequação e a disponibilidade de recursos tecnológicos que facilitam a aprendizagem e a locomoção. Muitos alunos destacam a escassez de tecnologias assistivas que poderiam transformar significativamente sua experiência educacional e diária.

Em suma, os desafios identificados na Universidade Federal do Ceará revelam uma discrepância significativa entre a legislação vigente e a realidade enfrentada por alunos com deficiência. Conforme discutido com base nos fundamentos teóricos de Brigida e Limeira (2020) e em conformidade com as normas técnicas brasileiras, é evidente que, apesar de existirem leis robustas destinadas a fomentar a inclusão e a acessibilidade, a implementação prática dessas normativas ainda é insuficiente.

As barreiras de locomoção destacadas pelos estudantes não apenas impedem a mobilidade física, mas também limitam sua participação plena na vida acadêmica e social. A ampliação de auxílio financeiro para os estudantes que possuem dificuldades de locomoção é vista como uma maneira de garantir a igualdade de oportunidades. A importância da participação dos alunos na formulação de políticas públicas foi um ponto apontado, merecendo ser analisado quando se fala em transformar o ambiente em que está inserido.

Esta análise reforça a necessidade de ações concretas que transcendam a legislação, promovendo uma aplicação efetiva das normas de acessibilidade, e assim, garantindo que a inclusão educacional e social de pessoas com deficiência se torne uma realidade palpável e sustentável na universidade.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho propõe-se a analisar as barreiras de locomoção enfrentadas pelos estudantes com deficiência no ensino superior, visando identificar possíveis pontos de melhorias nas políticas públicas de acessibilidade e compreender o contexto dos discentes da

Universidade Federal do Ceará, campus Benfica. A Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) é utilizada como fonte de embasamento.

No estudo, foram descritas as condições de locomoção, a percepção sobre as ações governamentais, as percepções sobre as ações da universidade e as adaptações prioritárias. Os sujeitos da pesquisa são compostos por um grupo de 8 estudantes com deficiência, escolhidos de acordo com o critério de acessibilidade. Os estudantes destacaram a importância vital dos sinais sonoros, uma ferramenta crucial para garantir uma locomoção mais segura. Essa é uma questão prioritária para garantir condições de locomoção com segurança.

Além disso, foram relatados problemas significativos com a qualidade das calçadas, dificultando o trajeto. Também foi observado que a Cidade de Fortaleza apresenta desafios adicionais durante os períodos de chuva, tornando a locomoção extremamente complicada e exigindo assistência adicional para utilizar o transporte público.

Assim, o estudo mostrou que a cidade ainda não está totalmente preparada. Há uma necessidade de melhoria em várias áreas. O estudo destaca a importância de considerar o transporte e a locomoção dos alunos entre suas residências e as instituições, uma vez que isso tem um impacto direto em sua permanência e autonomia na universidade.

Em síntese, os desafios identificados revelam uma discrepância significativa entre a legislação vigente e a realidade enfrentada por alunos com deficiência. O estudo contribui então com uma perspectiva dos estudantes sobre as barreiras enfrentadas nas condições de locomoção. A remoção das barreiras é fundamental para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da vida em sociedade e em igualdade de condições com as demais pessoas.

Como limitação, os pesquisadores entendem que um maior número de entrevistados pode fornecer um contexto mais amplo da situação enfrentada pelos alunos com deficiência. Pesquisas futuras devem buscar uma ampliação das entrevistas para outras instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas, a fim de se compararem tais realidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050:2020, de 3 de agosto de 2020. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2020. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BATISTA, R. C. G.; VIVAS, E. S.; NUNES, T. S. Inclusão no ensino superior: ações do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico de uma instituição de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 1, p. 170-195, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 12 jul. 2024

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BRIGIDA, I. F. S.; LIMEIRA, C. S. Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior: Apontamentos de Pesquisa. **RevistAleph**, v. 35, 2021.

ITTI - UFPR. **Os desafios da mobilidade urbana para as pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://itti.org.br/os-desafios-da-mobilidade-urbana-para-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1994.

PORTE, M. S.; ROCHA, J. D. T.; PEREIRA, C. A. Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 14, n. 4, p. 1-18, 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.